



COLEÇÃO PLANETA VERNE

PÚBLICO
Edição em PDF

PÚBLICO

Edição Impressa Última Hora 10 Últimas Dossiers Guia do Lazer Cinecartaz

1 de Junho de 2005 -

- Olá CES
- Página pessoal
- Logout

PÚBLICO - EDIÇÃO IMPRESSA - NACIONAL

Director: José Manuel Fernandes
Directores-adjuntos: Nuno Pacheco e Manuel Carvalho
POL nº 5546 | Quarta, 1 de Junho de 2005

QUINTA, DIA 2
LOUIS ARMSTRONG
POR APENAS 10€

HOME

ED. IMPRESSA

- aque
- Espaço Público
- Nacional
- Mundo
- Economia
- Sociedade
- Ciências
- Desporto
- Cultura
- Media
- Local Lisboa
- Local Porto
- Local Centro
- Última Página
- Índice Geral
- Edição para Cegos

ELEMENTOS

- Computadores
- Economia
- Pública
- Y
- Fugas
- Mil Folhas

CANAIS

- Edição Impressa
- Última Hora
- Última Hora UL
- Última Hora
- Boisa
- Desporto
- Consultórios
- Podium
- Guia do Lazer
- Cinecartaz

Reuniões Trimestrais

Ministro da Justiça criou um grupo de reflexão

Isabel Braga

Resolver o problema da reforma da acção executiva e da formação e carreira dos magistrados são as prioridades de Alberto Costa

O ministro da Justiça, Alberto Costa, anunciou ontem que levará "em breve" à Assembleia da República uma proposta de redução já aprovada em Conselho de Ministros para que as férias judiciais de Verão sejam reduzidas a um mês, mantendo-se sem alteração as férias de Natal e Páscoa.

Alberto Costa falava depois de uma reunião, no seu ministério, com um grupo de juristas e economistas com quem irá passar a reunir-se "de três em três meses, uma vez por estação". "Esta foi a reunião de Primavera. Estamos a identificar todos os factores de estrangulamento na área da justiça", explicou.

Aos participantes nesse encontro, segundo explicou ao PÚBLICO, anunciou uma série de medidas que irá pôr em prática "num prazo muito curto" - oito a quinze dias segundo a Lusa -, para resolver "o problema da reforma da acção executiva", criada há cerca de dois anos para facilitar os processos de cobrança de dívidas, que entopem os tribunais portugueses. Mas essa reforma não funcionou e, para o ministro, pô-la em prática é "a tarefa imediata a que é preciso dar resposta".

"Herdámos cem mil processos à espera de autuação", afirmou ao PÚBLICO Alberto Costa, que apontou ainda como outro dos principais problemas a enfrentar, na área da justiça, o recrutamento, formação e carreira dos magistrados. E, segundo o governante, "o sentido das análises" do grupo que ontem se reuniu no Ministério da Justiça "foi amplamente consonante com o que [está a ser feito]".

O grupo era essencialmente constituído por juristas, entre os quais se contavam pesos-pesados como Costa Andrade, Cruz Vilaça, Lebre de Freitas e Vital Moreira. Mas dele também fazem parte advogados como José Miguel Júdice e Miguel Galvão Teles, um sociólogo como Boaventura de Sousa Santos e economistas, como Margarida Proença, Nuno Garoupa e Paulo Trigo Pereira, num total de 23 pessoas. Alberto Costa explicou que este grupo partiu de "escolhas pessoais". "São

PÚBLICO

Seca em Poi

blogue

kulto

FAZ PARTE!

EDIÇÃO IMPRESSA



Secções

GUIA DO LAZER

- TVzine
- Emprego
- Imobiliário
- Dossiers
- Ecosfera
- Banda Desenhada
- Calvin
- Bartoon

COLECCÖES

- O Mundo em Guerra
- Let's Jazz
- Cozinha
- Poemas
- História Universal
- Planeta Verne
- Tintim em DVD
- Royalphilharmonic
- Clássicos Público
- Porto Maltese
- 25 de Abril
- Geração Público
- O Fado do Público
- Taschen
- Enciclopédia
- Tintim
- Mil Folhas 3
- Série Y IV
- Colecção XIX

PUBLICO PLUS

- Registo
- Preços e Condições
- Público em PDF
- Newsletters
- Pesquisa

ERACTIVOS

- Última Hora
- Bússola Política
- Inquéritos
- Trânsito
- Fóruns

SERVIÇOS

- Meteorologia
- Lotarias
- Diário da República
- Pesquisa

PROJECTOS

- Eixo Atlântico
- SimWeb
- Painel Público/IDC
- Troféu Público/RTP
- Público na Escola

peçoas que, pelo seu talento e brilho, pelo seu saber e currículo, devem ser escutadas individualmente", afirmou o ministro, que disse que o grupo nem sempre "funcionará em plenário", como aconteceu na reunião de ontem, podendo juntar-se "em reuniões sectoriais, à semelhança das comissões parlamentares, para discutir assuntos especializados".

O debate de ontem, que se prolongou por três horas, centrou-se em cinco questões principais, todas elas na ordem do dia: a reforma da acção executiva, racionalização do sistema de recursos, política criminal, recrutamento, formação e carreira de magistrados, e funcionamento do sistema de justiça.

Presidente do STJ com dúvidas sobre propostas do Governo

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), José Nunes da Cruz, alertou ontem o Governo para a eventual inconstitucionalidade das medidas publicadas no Diário da República "com o intuito anunciado de agilizar a nossa justiça". "Não sou um especialista em direito constitucional, mas permitam-me a dúvida: parte dessas medidas não será inconstitucional, por visar matérias da exclusiva competência da Assembleia da República?", perguntou o conselheiro Nunes da Cruz, na tomada de posse no novo vice-presidente do STJ, conselheiro António Neves Ribeiro. \u00c0s 10h A.A.M.

PEÇAS DE TEATRO
Berenice (Porto)

EXPOSIÇÕES
Chen Chieh-jen

CONCERTOS
Billy Corgan

CINECARTAZ



E
A
V
C